

A NAÇÃO IMAGINÁRIA: CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1930¹

IMAGINED NATION: CONSTRUCTION OF NATIONAL IDENTITY IN THE 1930S

LA NACIÓN IMAGINARIA: CONSTRUCCIÓN DE LA NACIÓN BRASILEÑA EN LA DÉCADA DE 1930²

Kamylla Padilha³
Heloísa Fernandes Câmara⁴

Resumo

O presente trabalho buscou analisar como o conceito de nação foi pensando e articulado ao longo dos anos, com intuito de manter a ordem estabelecida, expondo sua relação com o patriotismo, e a construção da ideia do que viria a ser o povo brasileiro a partir dos anos 1930. Observamos a utilização de discursos de pátria enquanto família homogênea, provindas da civilização cristã e visualizadas como grande patrimônio a ser protegido pelo Estado. Abordamos no artigo como foram adotadas diversas medidas de propaganda institucional e tentativa de cooptação da população para as ideias revolucionárias. As propagandas exaltavam o presidente como o chefe da nação, a urgência do Estado Novo para se estabelecer a ordem e incentivavam o amor à pátria. O artigo foi dividido em três partes, sendo abordados os problemas nacionais, posteriormente foram apresentadas as discussões, o papel do Direito e dos juristas na mudança da ordem estabelecida na República Velha. Por fim, foi apresentada a construção de uma identidade nacional abordando os discursos e mecanismos utilizados para a construção da ideia de unidade nacional e permitir a consolidação e manutenção de discurso autoritário.

Palavras-chave: Revolução de 1930; construção da nacionalidade; unidade nacional; discurso autoritário.

Abstract

This paper aims to examine the evolution and articulation of the concept of the nation throughout the years, with a focus on its role in sustaining the existing order. It delves into the interplay between the notion of nation, patriotism, and the formation of the Brazilian identity from the 1930s onward. The study scrutinizes the utilization of discourses portraying the homeland as a cohesive family rooted in Christian civilization, deemed a significant heritage safeguarded by the State. The analysis also explores the deployment of institutional advertising strategies to enlist public support for revolutionary ideals. These advertisements glorified the president as the nation's leader, emphasized the Estado Novo's imperative to establish order, and fostered a sense of patriotism. The paper is structured into three segments: it initially addresses national issues, followed by discussions on the role of law and jurists in challenging the established order of the "Old Republic." Finally, it presents the construction of a national identity, elucidating the discourses and mechanisms employed to forge the concept of national unity and facilitate the consolidation and perpetuation of authoritarian discourse.

Keywords: 1930 Revolution, construction of nationality; national unity; authoritarian discourse.

¹ Considerando o elo entre comunidade “imaginada” e “imaginária” o título é inspirado na obra clássica de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (Anderson, 2020). Embora o autor analise o tema do nacionalismo afastando que seja apenas uma atividade desempenhada pelos Estados, de forma que a nação seria uma comunidade política imaginada, em sentido antropológico. Entretanto, o que queremos frisar nesse artigo é parte dos esforços estatais para construção de mecanismos de aglutinação que permitiram a manutenção de discurso autoritário.

² Considerando o elo entre comunidade “imaginada” e “imaginária” o título é inspirado na obra clássica de Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (Anderson, 2020). Embora o autor analise o tema do nacionalismo afastando que seja apenas uma atividade desempenhada pelos Estados, de forma que a nação seria uma comunidade política imaginada, em sentido antropológico. Entretanto, o que queremos frisar nesse artigo é parte dos esforços estatais para construção de mecanismos de aglutinação que permitiram a manutenção de discurso autoritário.

³ Universidade Federal do Paraná. E-mail: kamyllapadilha92@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Paraná. E-mail: heloisafcamara@yahoo.com.br

Resumen

El presente trabajo buscó analizar cómo el concepto de nación fue pensando y articulado a lo largo de los años, con intuito de mantener el orden establecido, exponiendo su relación con el patriotismo y la construcción de la idea de lo que vendría a ser el pueblo brasileño a partir de los años 1930. Observamos la utilización de discursos de patria mientras familia homogénea, provenientes de la civilización cristiana y visualizadas como gran patrimonio a ser protegido por el Estado. Abordamos en el artículo cómo fueron adoptadas diversas medidas de propaganda institucional e intento de cooptar la población para las ideas revolucionarias. Las propagandas enaltecían al presidente como el jefe de la nación, la urgencia del Estado Novo para establecerse el orden y alentaban el amor a la patria. El artículo fue dividido en tres partes, planteándose los problemas nacionales. Luego, se presentaron las discusiones, el rol del Derecho y de los juristas en el cambio del orden establecido en la República Velha. Por fin, se presentó la construcción de una identidad nacional tratando de los discursos y mecanismos utilizados para la construcción de la idea de unidad nacional y permitir la consolidación y mantenimiento de discurso autoritario.

Palabras clave: Revolución de 1930; construcción de la nacionalidad; unidad nacional; discurso autoritario.

1 Introdução

No Brasil, a década de 1930 pode ser compreendida como complexa em razão de sua alta produção jurídica, acadêmica, e das mudanças na ordem estabelecida. Este período se iniciou com a chamada revolução de 1930, passou por um processo constituinte advindo de uma demanda “constitucionalista” e terminou em um golpe de Estado. Diante de tantas mudanças jurídico-políticas, estudos sobre a década de 1930 são essenciais para compreender a construção do ideal de unidade e identidade nacionais no contexto brasileiro. O processo de forjamento da identidade nacional brasileira deve-se aos acontecimentos políticos e divergências ideológicas desta época.

Nos limites do presente artigo, não é possível se ater a cada uma das divergências políticas, contudo é necessário compreender que havia extenso número de demandas pairando sob a sociedade e que a construção de um sentimento uniforme de nação serviu como ponto de aglutinação de interesses. Durante a pesquisa, constatou-se que os conceitos de nação e pátria foram frequentemente utilizados enquanto conceitos conexos, e que não havia consenso acerca de seu significado. Ressalta-se que o pensamento político se modifica ao longo do tempo e que havia pluralidade de abordagens teóricas à época.

Adicionalmente, utilizamos fontes primárias, como jornais, cartilhas elaboradas no período do Estado novo e discursos proferidos neste período. Os trechos de jornal foram consultados na Hemeroteca Nacional, com destaque aos jornais *O Malho*, escolhido em razão das críticas e sátiras representadas em charges que descrevem o período estudado, e *A Razão*, escolhido por se tratar de espaço disseminador da ideologia integralista, com fortes representações do ideal nacional.

A pesquisa com fontes primárias possui limitação prática, uma vez que não é possível mapear precisamente e ler todas as fontes existentes tendo em vista a quantidade de acervos no

país. Com isso em mente, as fontes foram sistematizadas com base na disponibilidade e pertinência temática. O objetivo do trabalho é compreender, com base nas fontes apresentadas, como foi articulado o conceito de nação brasileira, e como esse conceito foi operacionalizado nos debates da época. Em outras palavras: a análise de como o conceito de nação homogênea foi forjado para justificar a consolidação e a manutenção de discurso autoritário.

Para a observação histórica de maneira coesa, alguns pontos são determinantes: (i) o regime político brasileiro era baseado em uma construção constitucional liberal e excludente; (ii) a modernização passou pela transição de uma organização rural para urbana e trouxe diversas questões, o que demandava maiores ações diretivas por parte do Estado — havia insatisfação popular com o regime que pode ser observada nas diferentes reivindicações demonstradas no artigo —, traduzidas na Revolução de 1930; (iii) a Revolução veio para extinguir a “velha ordem” liberal, momento em que a arte e a educação foram utilizadas para inculcar os sentimentos nacionalistas; (iv) a ideia de que viria a ser a nação brasileira foi forjada como identidade homogênea, privilegiando a unidade e não as particularidades regionais, inclusive como forma de substituí-las⁵.

A pesquisa foi fracionada em três partes, primeiramente abordarmos os “problemas nacionais”, apresentando qual era o cenário da Primeira República (1889-1930), bem como suas reivindicações e os questionamentos decorrentes do liberalismo excludente vigente à época. Posteriormente, foram apresentadas as discussões, o papel do Direito e dos juristas na mudança da ordem estabelecida na *República Velha* e as mudanças advindas do golpe de estado. Por fim, especificamente sobre a construção de uma identidade nacional, abordamos de que maneira o discurso jurídico foi mobilizado e quais os mecanismos foram utilizados para formar o ideal de unidade nacional e permitir a consolidação e a manutenção de discurso autoritário.

Por discurso autoritário, referimo-nos às práticas e concepções representadas pelo governo de Getúlio Vargas, opostas à tradição partidária e à democrática corrente, criando-se uma ideia de “democracia autoritária” de prisma corporativista com controle do Estado sob as relações sociais (Rosenfield, 2021). Como podemos afirmar que o governo era autoritário? O uso de expedientes extraordinários, em refutação à política calcada na separação das funções de Estado fornece uma chave importante, embora nesse período a própria concepção de democracia e autoritarismo fossem nuançadas.

⁵ Conforme José Murilo de Carvalho, “[a partir da década de 1930] houve progresso na formação de uma identidade nacional, na medida em que surgiram momentos de real participação popular. Foi o caso do próprio movimento de 1930 e das campanhas nacionalistas de 1950. O nacionalismo incentivado pelo Estado Novo, foi o principal instrumento de promoção de uma solidariedade nacional, acima das lealdades estaduais. A esquerda salientou-se na defesa das teses nacionalistas.” (Carvalho, 2015, p. 92).

Nesse sentido, pode-se observar o uso exacerbado do estado de sítio para suspender as garantias constitucionais; a decretação de *estado de guerra intestina*; a criação do Tribunal de Segurança Nacional pela consagração das polícias políticas (Rosenfield, 2021). Buscando a consagração do projeto autoritário, os discursos de pátria — enquanto família homogênea — formulados pelo governo Vargas traziam aos cidadãos as ideias de conforto e de proteção. As instituições *família* e *sociedade*, provindas da civilização cristã, seriam o grande patrimônio a ser protegido pelo Estado.

O projeto de nação foi idealizado e realizado sem considerar as particularidades regionais, rechaçando a pluralidade para dar lugar à unidade, motivo pelo qual o título do artigo refere-se a uma construção imaginária de nação, em razão da impossibilidade de se visualizar o caráter homogêneo de tal conceito. Em suma, o projeto autoritário não buscou significado nas raízes profundas da realidade brasileira, mas focou na construção de símbolos e heróis nacionais. Como resultado, durante esse processo de construção da identidade nacional, grande parte da população foi excluída, atendendo às necessidades dos grupos dominantes em nome da ordem e do progresso.

2 Problemas nacionais

Contextualizar os problemas nacionais e reivindicações populares é o passo inicial da pesquisa, partindo do pressuposto de que é fundamental investigar quais discussões faziam parte dos debates, como era o cotidiano da população, quais eram as demandas que o Estado precisava administrar e se esses conflitos são capazes de representar o conceito de nação empregado pelos autores no período estudado.

Na década de 1930 houve grande produção jurídica em áreas diversas, incluindo a importante sistematização do Direito Administrativo no Brasil. A alta produção traduziu-se na elaboração de diversos códigos e regras da Administração Pública, como a Constituição de 1934 e códigos conservacionistas (Florestal, Águas, Minas, Pesca e Caça) e o Código Eleitoral de 1932. Essa construção teve vários responsáveis, que pretendiam modificar o panorama marcado por fraudes eleitorais, esquema de escolha de candidatos, hipertrofia do Poder Executivo, assim como concentração de poder entre as oligarquias e falhas no processo de modernização (Oliveira, 1986).

As revistas jurídicas e as discussões presentes nos jornais da época apontam para o papel relevante do Direito — especialmente com a consolidação do Direito Administrativo brasileiro — e o destaque dos juristas na década de 1920 nos debates públicos. As grandes questões

nacionais passavam pelos debates jurídicos, nesse sentido a questão clássica sobre o que é (e o que deveria ser) a constituição, a organização do Estado e dos poderes, direitos fundamentais têm relevância no espaço público.

Muitas revistas foram inauguradas nesse período, como Revista de Crítica Judiciária (1924); Paraná Judiciário (1925); Revista da Faculdade de Direito da Bahia (1925); Arquivo Judiciário (1927); Revista de Jurisprudência Brasileira (1928). Os motivos são variados, incluindo o aumento dos cursos de Direito e a da imprensa. (Silveira, 2014). Isso nos permite mapear alguns dos principais debates, junto com os autores decisivos do período, a fim de demonstrar o papel de relevância do Direito no debate público.

A década de 1930 foi cenário de vários debates: influenciados pelos movimentos nacionalistas, tenentistas, modernistas artísticos e católicos. Nessa conjuntura, surge a indagação sobre o a possível influência das revistas jurídicas sobre o espaço público durante esse período, marcado por divergências políticas expressivas e profundas (Silveira, 2014, p. 106). A intensa década de 1930 e a “ampliação autoritária” (Lamounier, 1977 *apud* Rosenfield, 2021, p. 42) só pode ser compreendida com um passo atrás de mirada da década anterior:

As fortes greves da virada da década, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a emergência do tenentismo, os debates em torno dos diversos modernismos artísticos e literários, a consolidação do pensamento católico em espaços como o Centro Dom Vital, os variados movimentos de caráter nacionalista, os manifestos de intelectuais, entre outros, explicitaram o clima de crescente decepção com as “promessas não cumpridas” do regime instaurado em 1889. Fortaleciam-se, assim, os intuitos de “conhecer a realidade nacional” para superar o “atraso brasileiro”, bem como de fortificar os laços de pertencimento à nação pela via da cultura e da ação dos intelectuais. (Silveira, 2014, p. 106).

O liberalismo consagrou-se como o princípio orientador do Estado durante a Primeira República, época marcada por uma tradição de juristas liberais como Rui Barbosa, que defendia o liberalismo político brasileiro enquanto sistema ideológico voltado à pacificação social com freios e contrapesos (Rosenfield, 2021). Diferentemente da Europa, no Brasil a luta era contra as elites coloniais, moldando-se no discurso do liberalismo, com sentidos diferentes dados à liberdade e à igualdade para combater os monopólios e privilégios impostos pela metrópole (Costa, 1999).

Inicialmente, grupos sociais como os escravos, população livre com poucos recursos, também foram atraídos pelo discurso liberal, almejando a extinção dos privilégios dessas elites coloniais, ainda que suas reivindicações não fossem as mesmas (Costa, 1999). Nesse sentido, Emília Viotti Costa afirma: “Enquanto o liberalismo continuava a ser uma utopia para as elites,

para a grande maioria da população brasileira enredada num sistema de patronagem e clientelismo, o liberalismo não era senão retórica vazia” (Costa, 1999, p. 167).

Dado o contexto, a política não era propriamente uma ideologia, mas sim um produto de alianças e rivalidades por trás da fachada liberal; o que representava o poder eram os favores e influências pessoais (Costa, 1999). O viés nacionalista do liberalismo brasileiro era relacionado a certa aversão à Portugal, enquanto no contexto europeu o liberalismo era uma forma de oposição aos excessos da nobreza e buscava ampliação da democracia. No Brasil, sequer havia essa ideia de burguesia (Teixeira, 2021).

A Primeira República foi retratada na obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, em que se estabelece que naquele momento o elemento primário de liderança municipal era a figura do coronel, que comandava conjunto de votos de cabresto. O prestígio político advinha de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras em um contexto eminentemente rural (Leal, 2012). A Constituição de 1891 definia o sufrágio, consignando como eleitores os cidadãos maiores de vinte e um anos que se alistassem, excluídos os analfabetos e as mulheres, pois estes não eram consideradas pelo Estado como cidadãos e, portanto, eram desprovidos de direitos políticos.

A ausência do poder público fazia com que os coronéis exercessem grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. Devido à maneira como se deu a organização agrária no Brasil, a maior parte da população durante a Primeira República dependia dos fazendeiros e latifundiários. Em decorrência da falta de contato direto dos partidos com essa parcela majoritária do eleitorado, o partido do governo estadual não podia dispensar a intermediação do dono de terras (Leal, 2012).

Havia um sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduziam os eleitores; e do outro, a situação política dominante no estado, que dispunha do erário, dos empregos, dos favores e da força policial. Essa codependência era vantajosa. Com ela, o coronel poderia deter para si uma parcela da autoridade pública (Leal, 2012).

Os funcionários públicos — professoras primárias, serventuários da justiça, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc. — eram escolhidos por indicação do chefe local. No interior dos estados, os serviços públicos eram escassos e as municipalidades não dispunham de recursos para muitas de suas necessidades, de modo que dependiam do auxílio do estado para a construção de infraestrutura e fornecimento de água, esgoto e energia elétrica (Leal, 2012).

Aos grupos dominantes em cada região, não interessava o projeto de um só país necessariamente. Foi atribuída ao Campos Sales a “Política dos Governadores”, em que se

construiu uma máquina de depuração de candidatos da oposição, tendo como base o domínio dos governadores sobre o voto e compromisso com os chefes locais. Após a abolição da escravidão e incorporados os trabalhadores rurais aos eleitores, os donos de terras obtiveram maior influência (Leal, 2012).

Como consequência dessa política, havia a manipulação de votos pelos chefes locais, resultando no domínio dos votos pelos governadores que decidiam da composição das câmaras federais e da eleição do Presidente da República. Assim, assentou-se na estrutura agrária do país o compromisso entre o governo estadual e federal. Os grupos formados pelo sistema colonial no Brasil eram heterogêneos, contudo, a identidade lusitana da elite branca era predominante (Dolhnikoff, 2003). Não havia sistema bem desenvolvido de abastecimento de água, de modo que a população usava poços, também não havia mecanismo de esgoto e a iluminação era precária (Costa, 1999).

Com o aumento da população nas cidades, houve também o aumento do número de jornais e revistas em circulação, assim como o incentivo à música e à arte. Um claro indicativo do processo de urbanização no Brasil é o salto vertiginoso do número de pessoas registradas como operários. Em 1880, havia 18.100 pessoas registradas como operários. Em 1907, o número subiu para 136.420 (Costa, 1999).

Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e Belém eram as maiores cidades do país. Quatro delas possuíam portos, enquanto São Paulo tinha à disposição o porto de Santos para o escoamento da produção cafeeira (Costa, 1999). O crescimento populacional e a maior aglomeração nas cidades desencadearam a passagem da lenha à eletricidade e do poço à água encanada, exigindo do Estado a prestação destes serviços públicos (Teixeira, 2021).

A pobreza era associada ao sujeito e um conceito relevante para à época era o de *hygiene* conectado aos tópicos de “interesse público”, o que justificou uma série de medidas discriminatórias (Seelaender, 2021). Teixeira afirma que “Pobreza e imoralidade estavam no discurso das elites. Essas opções do higienismo combinava com os discursos de embelezar as cidades vitrine e do progresso nacional” (Teixeira, 2021, p. 41).

Os higienistas alertavam sobre as condições de vida no Rio de Janeiro e propunham intervenções estatais com objetivo regulamentar a vida nas cidades (Teixeira, 2021). Esse tipo de intervenção estatal não diminuiria as desigualdades, ao contrário, sob a justificativa de ordem social, houve vitória de um sanitarismo republicano, provocando a destruição de cortiços e a expulsão de moradores pobres do centro (Seelaender, 2021).

Um dos nomes relevantes da época era Oswaldo Gonçalves Cruz, Diretor-Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro (1903), popular por estabelecer medidas de prevenção para

febre amarela. Havia resistência ao combate à doença, de modo que as medidas mais severas, como a vacinação compulsória, não foram bem aceitas pela população e até para juristas da época (Guandalini Junior; Teixeira, 2021)⁶. Rui Barbosa foi um dos juristas que direcionaram severas críticas à vacinação obrigatória, referindo-se a esta política como um novo tipo de despotismo, considerando que não havia na Constituição disposição que tornasse possível o ato de invadir casas e vacinar corpos compulsoriamente (Seelaender, 2021).

Oswaldo Cruz foi responsável pela campanha preventiva, dividindo a cidade em dez distritos sanitários com delegacias responsáveis por receber notificações de doentes, aplicar soros e vacinas, intimar proprietários e identificar focos epidêmicos (Teixeira, 2021). A figura de Oswaldo Cruz passou a ser associada ao despotismo, inclusive com representações caricatas publicadas nos jornais, a exemplo da Charge do jornal *O Malho*⁷, representando-o como o “Luiz XIV da Seringação” e “Oswaldo, o Cruz”, inclusive com a frase “*L'état c'est moi*” escrita de maneira errada, fazendo alusão a “tas” como possível amontoado/bagunça⁸ e ao Rei Sol da França:

Figura 1: Charge publicada no jornal *O Malho*. Rio de Janeiro, 19 de março de 1904



Fonte: Luiz XIV, 1904.

⁶ Pesquisa feita por Guandalini Junior e Teixeira traz várias obras de Direito Administrativo e a discussão sobre a intervenção estatal e as medidas sanitárias (Guandalini Junior; Teixeira, 2021).

⁷ A revista foi criada em 1902 pelo pintor e desenhista Crispim do Amaral no Rio de Janeiro e ganhou notoriedade pelas críticas à vida política do país, formuladas por meio de charges.

⁸ Ao buscar a palavra “tas” no dicionário encontramos a seguinte definição: Accumulation, amoncellement de choses, matériau ramassé sur lui-même : Un tas de sable (Dictionnaire de français Larousse). De modo que os autores da charge podem ter trocado a palavra “état” por “tas” para formular a frase “esse amontoado/bagunça sou eu” ironizando a memorável frase do Rei Sol.

O período também foi marcado por reivindicações de grupos diversos, uma vez que o país era regido por uma constituição em que foram ignoradas as propostas de ampliação de direitos políticos, operando um liberalismo excludente característico da Primeira República, criando-se a distinção entre a sociedade civil e a sociedade política, pelo grande contingente da população excluída do processo eleitoral.

Podemos observar o quão conturbado era o cenário na Primeira República com reivindicações das oligarquias estaduais, tenentistas, trabalhadores, integralistas e movimentos feministas. Como mencionado, havia muitas reivindicações sociais, sendo válido mencionar que havia demandas de movimentos feministas gerando fricção sobre os padrões estabelecidos, com discussão sobre voto e participação na política. A questão social do país era outro impasse, uma vez que não era mais possível deixar a classe trabalhadora fora das discussões políticas, em razão da insuficiência de políticas de proteção a esses trabalhadores, havia crescente insatisfação com as condições insalubres das fábricas e os maus tratos (Francisco, 2011).

Na pesquisa de Guandalini Junior e Teixeira (2021) foram apresentadas diversas obras de Direito Administrativo, com destaque à obra de Viveiros de Castro com capítulos dedicados às ações realizadas pelo Estado diante das necessidades físicas da sociedade (segurança pública, saúde pública, polícia sanitária, higiene etc.), tratando a sociedade como um organismo vivo, com necessidades físicas. A questão do domínio econômico também veio à tona, englobando a tutela do trabalho, indústria, comércio e sindicatos. Por fim, apresenta-se como outra ação fundamental a promoção da cultura e o desenvolvimento científico (Guandalini Junior; Teixeira, 2021).

Dessa forma, a fotografia da Primeira República reflete múltiplas reivindicações, conflitos de interesse, liberalismo excludente, organização rural com posterior transição para urbanização, e concentração do poder nas oligarquias, o que contribuiu para o surgimento de demandas de maior intervenção estatal. Tais demandas eram compatíveis com o discurso justificante da Revolução de 1930, trazendo a alcunha da Primeira República para “República Velha”. Diante do cenário apresentado, a tarefa da Revolução de 1930 seria engendrar novo sistema político, distante da “República Velha” e suas circunstâncias regionais, e sobretudo buscar maior eficiência do aparato administrativo aliado aos interesses nacionais.

3 Da revolução ao golpe de estado

A candidatura de Júlio Prestes à presidência da República para o quadriênio 1930-1934 rompeu com o esquema de revezamento político entre São Paulo e Minas, considerando que

não houve indicação de candidato mineiro. A cisão entre os estados de Minas Gerais e São Paulo gerou aproximação entre Minas e Rio Grande do Sul, em oposição a Washington Luís.

As candidaturas de Getúlio Vargas — presidente do Rio Grande do Sul — e João Pessoa — presidente da Paraíba — à presidência e à vice-presidência da República foram lançadas pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Após a derrota nas eleições ⁹, a “causa revolucionária” articulou movimentos em vários estados que culminou na Revolução de 1930 (Brandão; CPDOC, 1980). “Em 31 de outubro, precedido por três mil soldados gaúchos, Vargas desembarcou no Rio, de uniforme militar e com grande chapéu gaúcho, e foi recebido com uma manifestação de apoio apoteótica” (Abreu, 2011). Assim, Getúlio Vargas tomou posse como chefe do governo provisório.

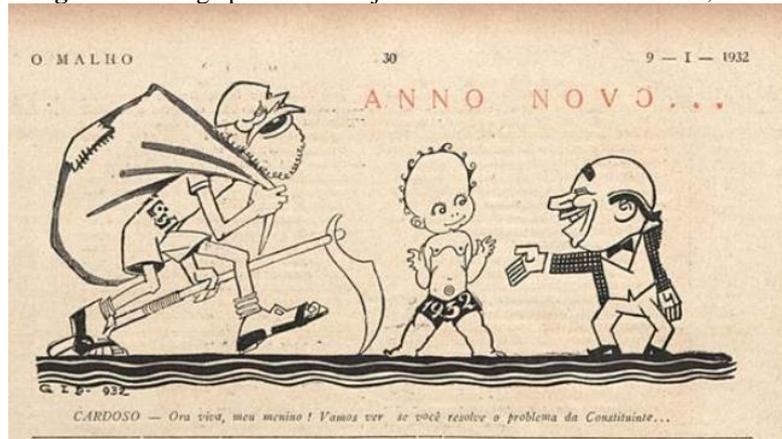
A Revolução rompeu com a estrutura jurídico-política da Primeira República, sendo objetivo de Vargas derrubar os alicerces liberais, e criar desenvolvimento econômico, estabilidade institucional sob um prisma autoritário e corporativista. Esse ideal diretivo estatal traduz o pensamento de juristas como Francisco Campos¹⁰ e a necessidade de organização do Estado, frente às crises entre os poderes criando um poder institucional forte como expressão da soberania nacional. Segundo Francisco Campos, o sistema não era só antiquado e inútil, mas se tornava mais um instrumento de divisão do país, ele citava, por exemplo, que o orçamento era utilizado muito mais para fazer favores do que realizar atos relevantes ao interesse nacional e que havia uma incapacidade de o legislativo legislar (Campos, 2001).

Em 1932, iniciou-se a campanha nacional da Assembleia Constituinte: foram meses de articulação e disputa política entre as lideranças tenentistas e oligarquias estaduais. As lideranças tenentistas, defendiam mudanças nos campos social, político e econômico, oligarquias que acreditavam que a nova constituição deveria assegurar aos Estados um papel de relevo. Tendo em vista a insatisfação com a República naquele momento, a constituinte era aguardada e vista por alguns desses grupos como uma possibilidade de resolver de uma vez por todas os problemas nacionais. Como é exemplo de charge publicada no jornal *O Malho* ilustrando um recém-nascido como o ano de 1932 com a frase “Ora viva, meu menino! Vamos ver se você resolve o problema da Constituinte...”:

⁹ Verifica-se a possibilidade de fraude nas eleições, considerando a derrota de Vargas no Rio Grande do Sul com 298 mil votos contra 982 dados a Júlio Prestes. REVOLUÇÃO DE 1930, CPDOC FGV.

¹⁰ Campos foi jurista e professor de Filosofia do Direito, Deputado Federal consultor-geral da República, de 1933 a 1937, Ministro da Justiça, de 1937 a 1941, um dos principais ideólogos do Estado Novo, redator da Constituição de 1937 e redator do Ato Institucional da Ditadura Militar em conjunto com Carlos Medeiros Silva.

Figura 2: Charge publicada no jornal O Malho. Rio de Janeiro, 1932



Fonte: Gil, 1932.

Francisco Campos foi ministro da justiça de Vargas. Enquanto ministro, podia colocar em prática seus escritos¹¹, uma vez que compreendia que a função dos juristas não seria mais defender direitos espiritualistas, mas sim olhar para problemas práticos da sociedade (notadamente economia política) e, a partir de então, criar instituições jurídicas, sem copiar o que vem lá de fora, mas sim olhando para dentro e produzindo as próprias instituições como reflexo dos próprios problemas. Campos não considerava a Constituição de 1934 como resposta aos problemas nacionais, ao contrário, entendia seu texto enquanto não adaptado à realidade brasileira e que continha ainda os antigos vícios da velha ordem estabelecida (Campos, 2001).

A Constituição de 1934 teve papel fundamental na promoção de direitos sociais e surgiu no contexto da tentativa de industrialização no Brasil. Foi a primeira Constituição a trazer um congresso corporativista, no qual a representação de classe era vista como o futuro da democracia (de 200 representantes, 100 eram eleitos por sindicatos e categorias).

Frisa-se que a ordem constitucional de 1934 era tida como democrática, baseada na tripartição dos poderes, porém com grande utilização de estado de sítio do período de 1934 a 1937. Foram 658 (seiscentos e cinquenta e oito) dias com supressão de garantias constitucionais (Biblioteca, 1964, p. 199)¹². Após a promulgação da Constituição de 1937, o Estado de Sítio não foi utilizado nenhuma vez, por tratar-se de ditadura aberta. O eleitorado era diminuto, apenas 4% da população. Em 1937, o sistema “democrático” liberal deu lugar ao sistema regulatório autoritário, conservador e corporativo, com expoentes como Oliveira Viana e

¹¹ A exemplo, Campos elaborou o projeto Organização Nacional da Juventude, reformulado por Gustavo Capanema, cujo objetivo era propor uma educação cívica e consciência patriótica na juventude brasileira.

¹² Em 1937 foi outorgada a constituição amparada no discurso de representação dos verdadeiros anseios populares contra as ameaças de golpe, que tornavam a democracia liberal frágil, de forma que essa foi a uma medida preventiva, consideração a necessidade de manter a ordem.

Francisco Campos (Rosenfield, 2021, p. 47). Esse “dirigismo estatal”, trazido pela Constituição de 1937, principalmente, simboliza a vitória do pensamento de Francisco Campos:

O 10 de novembro não inventou um sentido nem forçou uma diretiva política ao país. Apenas consagrou o sentido das realidades brasileiras. Aceitou, exprimiu e fortaleceu, defendendo-o contra desvios perigosos, o rumo traçado pela evolução e que, de certo modo, já se manifestava, mesmo no antigo regime, como expressão da própria vida social, cujas energias não se deixam contrariar pelas fórmulas, quando estas faltam ao seu destino de configurá-las e discipliná-las. O 10 de novembro realizou, efetivamente, a Revolução de 30, porque respondeu, de modo positivo e definido, aos profundos anseios, às razões primeiras, aos graves motivos inspiradores que lhe deram a força, a grandeza e o triunfo, não como movimento partidário, mas como movimento nacional (Campos, 2001, p. 72, grifo nosso).

Campos considerava haver contradição na democracia que depois de algum tempo abandona as próprias premissas liberais e recorre ao Estado Totalitário. O novo Estado brasileiro seria resultado de um imperativo de “salvação nacional” (Campos, 2001, p. 39). A literatura que concebeu o Estado Novo exaltava o dirigismo estatal como a chave para superar as disfuncionalidades existentes no país, que estariam ligadas ao idealismo e à cópia de instituições de outros países. Somente a ordem garantiria a prosperidade (Rosenfield, 2021).

Frisa-se que o despreço pela democracia era um movimento mundial, já que essa não era uma aspiração de muitos movimentos da época, mesmo os de oposição, a exemplo a ascensão de Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Franco na Espanha, Salazar em Portugal e o aprofundamento do stalinismo na ex-União Soviética (Paixão, 2011).

Para teóricos influentes como Francisco Campos (Ministro da Justiça e autor do texto da Constituição de 1937), democracia significava um governo forte, um Estado profissionalizado, uma burocracia técnica, enfim, não haveria contradição entre um “governo democrático” nesta acepção e uma modernização autoritária — que era o principal objetivo. Seria necessário esperar o desfecho da segunda guerra mundial para que ficasse clara, no horizonte da política e do direito, a importância da democracia (Paixão, 2011, p. 151).

Conforme se depreende do discurso-manifesto de 10 de novembro de 1937:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava evidentemente atrasada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixará de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criada à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público (Vargas, 2002, p. 267, grifo nosso).

A justificativa presente nos discursos de Getúlio Vargas trazia a ideia de que o momento histórico clamava por medidas mais severas, incumbindo ao “homem do estado o dever de

tomar uma decisão excepcional” (Campos, 2001, p. 39-40). Com a Revolução de 1930, a nação ganhou destaque, em uma tentativa de abandonar o histórico de elites regionais, de modo que a nação brasileira foi construída de maneira intencional como identidade homogênea (Schulze, 2014). Por outro lado, a construção da nação brasileira tem traços excludentes inspirados na realidade europeia e norte-americana, em que pese as diferenças dessas nações, contraditoriamente as elites intelectuais procuravam uma singularidade nacional (Santos, 2009).

O conceito de nação, como a maior parte dos conceitos políticos centrais, permite múltiplos sentidos. Uma tentativa de análise pode ser encontrada nos seguintes termos: “concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos — ou pelo menos existentes *ab immemorabili* — e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do poder sob a forma do Estado nacional” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 796). Entretanto, deve ser considerado que mesmo os laços naturais são imaginados na construção de uma comunidade política. Ou seja, os laços naturais são apropriados e desenvolvidos politicamente, ressaltando semelhanças e reduzindo ou afastando as diferenças.

François Xavier Guerra afirma que toda identidade coletiva implica em diferentes dimensões e influência no modo como o seu vínculo social é construído em sua fundamentação histórica ou filosófica (Guerra, 2003). Aponta ainda que a etimologia de nação "nascor" remete aos indivíduos nascidos em uma mesma época ou lugar dividindo, por consequência, características como a língua. Além disso, “embora pátria possua sentido geográfico concreto seu vínculo com a nação tornará possível aplicá-la a todos os significados políticos de nação” (Guerra, 2003, p. 34-36).

O conceito de pátria e nação estão interligados. Eliana Dutra entende a nação na década de 1930 como o grande coletivo da época e pátria como um dos valores a serem seguidos para que seja aplicado o melhor interesse da coletividade. A idealização de um corpo social homogêneo ganha força quando o conceito de pátria surge como ideal comum e desejado por toda a coletividade, na afirmação da identidade da nação (Dutra, 1997). Em 1930, o eleitorado urbano cresceu, assim como a produção industrial; tais fatores influenciaram na mudança da estrutura social oligárquica, contudo, segundo Leal (2012), a mudança não foi completa, já que o coronelismo se adaptou para sobreviver.

Dentro de um contexto de desprezo pela democracia, a Revolução de 1930 deu lugar ao estabelecimento de um novo regime, que inicialmente seria provisório. Inclusive, houve a promulgação de uma Constituição advinda de processo “democrático” que, em seguida, foi

suprimida pela Constituição de 1937, momento que foi apropriado no desenvolvimento de conceito de unidade nacional e fortalecimento do Estado brasileiro.

4 A nação imaginária: Deus Pátria e Família

O conceito de nação e quais seus critérios de definição apresentam diferentes respostas, a depender do espaço geográfico e do período histórico. Desta feita, o que se pretende é analisar a partir das fontes como o conceito foi tratado e mobilizado. Nos discursos da década de 1930, encontram-se várias menções à pátria enquanto provocadora de um sentimento de conforto.

Na construção da nação, as áreas da cultura e educação foram utilizadas pelo governo na busca pela legitimidade de suas ações, nas quais se definiram as estratégias da consolidação e a redefinição da identidade do brasileiro (Silva, 2016). Desse modo, foram mobilizadas as concepções de juristas autoritários. Ademais, houve a instrumentalização da arte e da educação, com enfoque na educação de séries iniciais e da juventude.

Em relação à arte e ao patrimônio cultural, a intenção do Governo Vargas era construir uma “memória nacional” a partir de uma identidade nacional única, compreendendo a arte enquanto instrumento relevante tanto para a formação da identidade nacional quanto para a difusão ideológica em favor de projeto autoritário. Museus foram criados a partir de narrativas factuais e de culto a personalidades nas décadas de 1920 e 1930, assim como a narrativa das elites era presente no cenário global da época (Carmo; Gabardo; Hachem, 2021).

Durante a Era Vargas eram incluídos valores morais e patrióticos no material didático das escolas públicas, com lições cívicas para as crianças, de forma que a escola levasse à conexão com conceitos de lealdade e amor à pátria (Silva, 2016). Eliana Dutra afirma que o culto à pátria traz semelhança com a concepção nazista de comunidade e povo, trazendo motivos que explicam a razão de os sentimentos que apelam ao patriotismo serem tão fortes (Dutra, 1997). As inseguranças dos sujeitos são manipuladas para que tenham temores arcaicos direcionados ao espaço público, em que se pretende encontrar segurança e proteção. Na década de 1930 a insegurança dos cidadãos era incentivada por meio de pregações que, ao mesmo tempo que geram medo, também acalmam (Dutra, 1997).

Esse sentimento disseminado através do discurso anticomunista tem caráter político e se pauta na construção da identidade comum e do inimigo. O alvo utilizado pelo nacionalismo, culpado pelas mazelas da sociedade e que traz ao povo consciência da sua unidade (Dutra, 1997). O culto aos elementos emblemáticos da nacionalidade era utilizado pelos conservadores, definidos por meio da emoção e do reconhecimento do povo brasileiro sobre si mesmo,

desprezando os princípios democráticos não só na política, mas também na constituição do caráter nacional (Santos, 2009).

A unidade nacional revela o sonho escondido de uma sociedade indivisa, uniforme e homogênea, e, portanto, de ausência de oposição. Demonstrações patrióticas, desfiles e paradas militares fizeram parte da construção do sentimento de nacionalidade (Dutra, 1997). Em seus discursos, Vargas afirmava a necessidade de firmeza para enfrentar os perigos da nação. Getúlio Vargas tinha como objetivo deter a pregação do comunismo, tendo em vista que os comunistas são interpretados como impatriotas.

Diante da necessidade de se construir um símbolo representativo dessa unidade enquanto solo e povo, costume e instituições, a constituição de 1937 instituiu o culto à bandeira. Esses discursos colocaram a bandeira como algo sentimental e que representa o patrimônio geográfico do Brasil, na construção de algo fraterno de que todos são acolhidos pela bandeira, e assim se constrói o “espírito da nação” (Dutra, 1997):

Há qualquer coisa de místico e de sentimental na evocação da Bandeira em cujo retângulo se espelha, nítida e grandiosa, a perspectiva colorida da terra em que nascemos e à qual por isso mesmo ficamos eternamente ligados pelos laços de indestrutível amor e emoção. O Brasil, esse imenso conjunto geográfico de vales, montanhas, rios, planícies, tem o seu símbolo que é o Pavilhão Nacional, e é através dele que se perpetuam os nossos sentimentos patrióticos, manifestados de maneira diferente e variada, mas que, no fundo, nos exalta ante os olhos do mundo.

*E a Bandeira Nacional outra coisa não representa senão o nosso imenso patrimônio geográfico num símbolo sentimental que revigora a nossa fé patriótica*¹³ (Dutra, 1997, p. 172, grifos nossos).

Cerimônias cívicas foram patrocinadas pelo regime varguista para a construção de uma nova cultura política, em uma tentativa de unificar as elites e as massas, reinventando uma harmonia social (Parada, 2009). O discurso de caráter nacional e totalitário foi também utilizado pelo integralismo, que tem como base o nacionalismo, antiliberalismo, o anticomunismo, o anticapitalismo, oposição à década de 1930 e aproximação com o fascismo (Oliveira, 2016).

Plínio Salgado foi um dos principais pensadores da Ação Integralista Brasileira (AIB). Redator do jornal *A Razão*, inicialmente apoiador de Júlio Prestes e depois de Vargas, demonstrando a complexidade dos ajustes políticos da época. Para Salgado, o Estado liberal democrático, embasado em preceitos individualistas, comandados por uma minoria, seria o entrave para a criação de um “Brasil Integral” (Oliveira, 2016).

A memória do passado deveria ser cultivada para que, de fato, o nacionalismo se concretizasse, tornando o culto um elemento de agregação social. Para Plínio Salgado, deveria

¹³ Menciona discurso: Como será comemorado nesta Capital o “Dia da Bandeira”.

haver uma coesão nacional, fruto de uma reestruturação que salvaria o Brasil de seus inimigos (Oliveira, 2016). Apesar da semelhança do discurso com o propagado pelo Estado Novo, Vargas decretou o fechamento de todos os partidos políticos, AIB inclusa.

O destaque trazido por esse plano sentimental não é capaz de camuflar discurso um nacionalismo de tipo fascista “a sedução pela solução de um Estado forte, sonho de uma pureza racial, fé no papel das elites e na peculiaridade brasileira, o desconforto com a diversidade de interesses, oposição de classes e pluralidade de pensamento” (Dutra, 1997, p. 176-177) com vistas à moralização do corpo, eugenia, disciplina do trabalhador. A bandeira era símbolo não apenas no Brasil, mas também na Argentina, em 1920, comemorava-se o dia do centenário da morte de um oficial Manuel Belgrano como criador da bandeira nacional, o símbolo supremo da emancipação:

El primer día se destinaron todas las horas a recordar la vida y acción del prócer, su relieve moral y su compromiso con la causa de la independencia. El patriotismo era concebido como un tema transversal que debía estar presente en todo momento y la materialidad de la bandera nacional fue el vehículo para enseñar el sentido simbólico profundo de la noción de patria. En los tres años inferiores de la escuela primaria, la obra recordada de Belgrano era esta creación, dejando de lado otras facetas de su intensa trayectoria. La actividad del día culminaba con una conferencia sobre el significado de la creación de la bandera. El obsequio de emblemas a cada alumno -un escudo nacional, el reglamento escolar escrito por Belgrano en 1813 y un cuento infantil-, garantizaba una llegada también a sus hogares. El protagonismo y compromiso moral de los docentes con la conmemoración debía confirmarse con la firma de un álbum, que luego sería depositado en el mausoleo del prócer (Ascolani, 2020).

O moralismo foi incluído como elemento essencial, tendo em vista que se vislumbrava a destruição da heterogeneidade, tornando a família como seu suporte, a família é a pátria e a pátria é a família. A título de exemplo, o discurso dessexualizador atribuído à maternidade transformaria a mãe em procriadora, refutando ser um ser sexual. A igreja e a religião reforçavam essa moralidade, além de censurar a arte (Dutra, 1997).

A propaganda tinha papel fundamental na consolidação do Estado Novo, especialmente sob a responsabilidade do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e do Ministério de Educação e Saúde, de forma que a escola agia na educação formal construindo ideais patrióticos e cívicos e a imprensa buscava influenciar o restante da população (Silva, 2016). Nesse contexto, foi criada a cartilha Juvenil no Estado Novo com mensagem e imagens relacionadas ao culto à pátria, êxito do Estado brasileiro governado por Getúlio Vargas:

Crianças!
Aprendendo no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as probabilidades de êxito.

Só o amor constrói e, amando o Brasil forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações, realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro (Getúlio, 1940).

Figura 3: Caricatura de Getúlio Vargas sorridente junto a crianças



Fonte: A juventude, 1940.

O que se extrai da imagem e da cartilha mencionada é que a educação consistia em assentir com a cabeça e reproduzir o que ultrapassava a compreensão infantil, como os conceitos de pátria e de nação. Os materiais eram elaborados com foco em estudos sobre nacionalidade brasileira, organização nacional, deveres para com a pátria e as conquistas do Estado Novo (De Luca, 2011).

Sobressai nesse texto a orientação autoritária e paternalista do governo e da sociedade. Os alunos aprendiam que precisavam de um líder forte, supostamente masculino, para manter o equilíbrio social e garantir o progresso. Os livros didáticos faziam do Estado Novo um sinônimo da Pátria. No tema mais comum, o próprio presidente, Getúlio Vargas, era apresentado como uma figura inspirada e heroica, para as crianças venerarem. Os alunos aprenderam que Vargas uniu a “Grande Nação Brasileira” e restabeleceu “a direção na busca da glória e da unidade nacional” (Nava, 2013 *apud* Silva, 2016, p. 63-64).

Outra cartilha produzida pelo DIP foi a *Getúlio Vargas, o amigo das crianças* (Getúlio, 1940). A cartilha menciona que as escolas ficavam reféns do regionalismo e que não era ensinado exaltar a pátria. Em várias ocasiões, também, trata da beleza da bandeira e reúne

imagens do presidente com crianças no colo, jovens em marchas sempre uniformizados e carregando a bandeira nacional. A cartilha realiza uma troca de palavras entre maternidade do Estado para com a infância e a juventude:

A Maternidade, a infância e a própria adolescência eram enteadas do Estado... com o advento do Estado Novo, entretanto, tudo se apresenta radicalmente diferente. Defendendo a maternidade com assistência constante, o Governo zela pela defesa da raça, sistematizando “preceitos necessários à conservação e ao desenvolvimento das futuras gerações, que deverão assumir compromissos com os destinos nacionais” (Getúlio, 1940).

Além de heroicizar o presidente, a cartilha fazia menção à fragmentação da pátria e a diminuição de um país — tão grande e com uma bandeira tão bonita — diante da grande competição das vinte e uma bandeiras estaduais, na defesa de um Estado cada vez mais centralizador. Menciona, ainda, o “esquecimento” do Brasil ao dar voz às expressões regionais: “na alma da criança, essa cera sensível, como a chamou o Presidente Getúlio Vargas se plasmavam somente as vozes e as expressões regionais, e o Brasil imenso ia ficando esquecido” (Getúlio, 1940).

O discurso era estrategicamente direcionado às personalidades ainda não formadas, com forte apelo emocional sob o mote de amor de Vargas pelas crianças, que consistia na formação de culto ao presidente “salvador da pátria”, sempre tratado com adjetivos positivos brilhante, constante, iluminado, sábio etc. (Costa; Schmitz; Remedi, 2017, p. 256-257).

Figura 4: Desfile da Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1940



Fonte: Getúlio, 1940, p. 17.

Figura 5: Desfile da Juventude Brasileira. Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1940



Fonte: Getúlio, 1940, p. 21.

Além da primeira infância, houve cooptação da juventude aos ideais do governo, com educação cívica, moral e física, traduzida pela criação de instituição nacional denominada Juventude Brasileira. O projeto inicial da organização proposto por Francisco Campos previa a criação da “Organização Nacional da Juventude”, vinculada ao Ministério da Justiça em sua divisão de serviço pré-militar, o intuito do projeto seria preparar os jovens física e moralmente para exercer a função de soldados (Stein, 2008).

A proposta de Campos tinha caráter paramilitar e inspiração nas organizações da juventude em países europeus, como a Juventude Fascista (Itália), Juventude Hitlerista (Alemanha) e a Mocidade Portuguesa (Portugal). Havia perspectiva higienista no projeto da organização, pois previa o preenchimento por parte dos candidatos de um formulário com dados como grau de instrução, informações pessoais e estado de saúde, índice de robustez, idade mental, natureza da alimentação etc. (Stein, 2008).

Quanto às mulheres, o projeto inicial da organização previa a educação doméstica, para que as meninas tivessem consciência do seu dever enquanto donas de casa e boas mães. Contudo, ao final, houve uma pequena mudança incluindo ambos os sexos como responsáveis por estudar e deter o conhecimento para serem bons pais, com a ênfase na consciência das mulheres em suas obrigações vinculadas ao lar, assim como o “gosto” pelos serviços domésticos, criação e educação dos filhos (Stein, 2008).

Art. 3º A educação moral visará a elevação espiritual da personalidade, para o que buscará inculcar nas crianças e nos jovens a confiança no próprio esforço, o hábito da disciplina, o gosto da iniciativa, a perseverança no trabalho, e a mais alta dignidade em todas as ações e circunstâncias.

Parágrafo único. A educação moral procurará ainda formar nas crianças e nos jovens de um e outro sexo os sentimentos e os conhecimentos que os tornem capazes da missão de pais e de mães de família. Às mulheres dará de modo especial a consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos (Brasil, 1940, grifo nosso).

Ao fim, o projeto proposto por Campos recebeu severas críticas do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que encaminhou correspondência ao Presidente da República denunciando a influência externa de países alheios à realidade brasileira como inspiradores do referido projeto, sendo citados os exemplos da Alemanha, da Itália e de Portugal. Segundo verbete publicado pela Fundação Getúlio Vargas, o projeto visava transformar a mocidade brasileira em organização de feição militar e miliciana (Bomeny, 1984).

O movimento cívico foi criado no período do Estado Novo pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 2 de março de 1940, com o seguinte preâmbulo: “Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira” (Brasil, 1940). Em busca da validação do sentimento de amor e servidão à Pátria e da formação da “consciência patriótica”, o movimento previa a utilização de símbolos, uniformes, emblemas e até mesmo monumentos instituídos para a Juventude Brasileira (Stein, 2008). Foi criado o Dia da Juventude Brasileira, 19 de abril, não por acaso o dia do aniversário do presidente Getúlio Vargas.

O esforço da nacionalização era observado nas diretrizes do Ministério da Educação, cujo caráter pedagógico deveria levar à população os pilares do nacionalismo em três aspectos: inicialmente, por meio das escolas, o conteúdo nacional era transmitido, com natureza nunca bem definida. Por óbvio, não havia preocupação em buscar as raízes da cultura brasileira em sua complexidade e profundidade, mas sim na mística de grandes heróis nacionais, culto às autoridades e à grandeza do verde e amarelo (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000).

Em segundo lugar, havia interesse na padronização e centralização do currículo e livros didáticos das escolas e universidades para possibilitar a fiscalização federal da homogeneidade do ensino. Em terceiro lugar, havia preocupação em erradicar as minorias étnicas, linguísticas e culturais, de modo que não se admitia formas de organização que não fossem alinhadas e recebessem a benção do Estado, demonstrando seu caráter excludente (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000):

O episódio da nacionalização do ensino mostra bem o conteúdo do projeto nacionalista brasileiro do período pós-1937. De feição conservadora e autoritária, foi ele marcado pelo caráter excludente, avesso à convivência pluralista e diversificada. Seu ponto de partida era o diagnóstico de uma absoluta ausência de integração nacional, em função da “prática degenerado do liberalismo” predominante da história a decomposto, o que se desagregara por uma política regionalista com acentuados vícios oriundos da disputa por interesses privatistas. Esta parecia ser a única forma de edificar a sociedade nacional e conferir à política de caráter público, acima de interesses particulares de grupos privilegiados da sociedade civil (Schwartzman; Bomeny; Costa, 2000, p. 181).

A instrumentalização da arte passou pela criação de instituições de regulação e promoção, como por exemplo a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA)¹⁴, presidida por Villa-Lobos, cujo objetivo era promover o estudo musical nas escolas, conjugando disciplina, civismo e educação artística.

Não havia mais espaço para artistas sem opinião. O foco era o orgulho cívico e as questões internas da nação provocadas pelo clima de segunda guerra. “[...] era necessário construir novas estratégias, motivar a população a acreditar em símbolos e marcos, forçar um orgulho nacional, mudar datas comemorativas, ocupar a população através de eventos, impor o poder do Estado” (Santos, 2019, p. 4).

Vargas incluiu na educação o ensino da música através do projeto de Canto Orfeônico de Villa-Lobos, cuja proposta era parte da política do DIP, com objetivo de concretizar uma educação nacionalista (Santos, 2019). As canções reproduziam representações sociais construindo uma visão idealizada da pátria, difundindo fraternidade e renúncia à individualidade (Monti, 2009). A título ilustrativo, destacamos a canção *Invocação em Defesa da Pátria*, letra escrita por Manuel Bandeira e música composta pelo Maestro Villa-Lobos:

Invocação em Defesa da Pátria (Canto cívico religioso)

Ó, Natureza do meu Brasil!
Mãe altiva de uma raça livre,
Tua existência será eterna E teus filhos velam tua grandeza,
Ó meu Brasil! És a Canaan!
És um Paraíso para o estrangeiro amigo
Clarins da aurora! Cantai vibrantes a glória do nosso Brasil!
Ó Divino! Onipotente!
Permiti que a nossa terra
Viva em paz alegremente!
Preservai-lhe o horror da guerra!
Zelai pelas campinas, céus e mares do Brasil!
Tão amados de seus filhos!
Que estes sejam como irmãos sempre unidos,
Sempre amigos!
Inspirai-lhes o sagrado Santo amor da liberdade!

¹⁴ Na década de 1930 houve a criação de diversos institutos como o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE), Instituto Nacional do Livro (INL) e o primeiro Conselho Nacional de Cultura.

Concedei a esta pátria querida
Prosperidade e fartura!
Ó Divino! Onipotente!
Permiti que a nossa terra
Viva em paz alegremente!
Preservai-lhe o horror da guerra!

A letra anuncia a existência de um inimigo oculto e ressalta a beleza natural do Brasil, bem como a união dos brasileiros. Citamos também a canção Cantar para Viver letra de Sylvio Salema e Música de Heitor Villa-Lobos:

Cantar Para Viver (canção patriótica)

Letra de Sylvio Salema e Música de Heitor Villa-Lobos
Brasil!
Teu povo é forte.
Como é grande a tua terra. Brasil!
Em tuas grandes matas verdes,
Canta a passarada
Em gorjeios mil!
Queremos com alegria
Do trabalho e do saber, Saudar,
O céu, nossa linda terra,
Nosso verde mar,
Queremos com prazer cantar.
As nossas praias brancas,
Que as ondas vêm beijar,
Lembram os homens fortes,
Que vivem a pescar.
Cantar é saber
Viver pelo Brasil,
Para ensinar ao povo varonil
Que esta terra forte
Há de ser nossa até morrer,
Porque nos viu nascer!

A marcha enalteceu as belezas naturais do Brasil e sinalizou a força da terra e do povo como valores da pátria com frases como “que esta terra forte há de ser nossa até morrer”, criando uma conexão do povo com a terra igualando o país ao aconchego do lar. (Monti, 2009). As canções patrióticas traziam representações com visão idealizada de pátria de país e da nação (Monti, 2009). Por fim, apresentamos a Marcha Escolar de Villa-Lobos, representando a organização da rotina escolar, com imposição de comportamento e uniformes e associando os alunos a bons soldados:

Marcha Escolar (Ida para o recreio)

Vamos colegas,
Findo é o estudo
Esqueçamos tudo
Vamos recrear

Todos em alas
Como bons soldados
Bem perfilados
Já marchar, marchar!
Todos alerta,
De cabeça erguida,
Posição correta,
Vamos dois a dois Em linha certa,
Todos aprumados,
E bem ritmados,
Caminheemos, pois!
Todos em fila,
Num alegre bando,
À voz do comando,
Marchemos, assim!
No campo aberto,
Como é bom a gente
Ir livremente,
Recrear, enfim!

Das letras e de sua inclusão na grade escolar, extrai-se que o canto orfeônico cumpria função político-educacional no governo de Vargas, inculcando conteúdos nacionalistas nas grandes massas, favorecendo as representações sociais com objetivo de criar uma nação ideal, diferente da velha república. Para sua difusão as rádios, passaram a transmitir programas de canto orfeônico, discos foram adquiridos para serem utilizados como material didático com o objetivo de apoiar a construção da concepção estética musical (Monti, 2009).

Os meios de comunicação eram vistos como instrumento formulador da opinião pública, utilizando-se da emoção e da irracionalidade do público (Santos, 2007). Durante a celebração do *réveillon* de 1938, Getúlio Vargas justificou a necessidade do novo regime e do fim dos partidos políticos por meio do rádio. Nesse sentido, o governo deveria se conectar com a nação (Santos, 2007). A unidade refletiu no discurso anticomunista que era utilizado sob viés de que era ideologia estrangeira e de invasores, como uma doença que acomete a saúde pública como um vírus, peste, contaminação e infecção, com uma concepção orgânica da realidade social:

O corpo social brasileiro, enquanto um “todo orgânico”, é visualizado nas falas anteriores como enfermo e a sua totalidade como ameaçada pela maléfica doença comunista. Daí a ênfase na profilaxia social, na terapêutica após a intervenção cirúrgica (repressão pela força), no saneamento, como bem frisou Getúlio Vargas ao afirmar após as insurreições de 1935: “Impõem-se agora sanear o ambiente e afastar os elementos cuja atividade antissocial vem perturbando a vida do país (Dutra, 1997, p. 50).

No Jornal integralista *A Razão* de 28 de março de 1937 há menção para que o povo brasileiro não meça esforços para se livrar da praga bolchevista:

Brasileiros, verdadeiros patriotas, nós vos incitamos à guerra de extermínio contra o comunismo. Uni-vos, e firmes resolutos, fiéis guardas avançadas de vossas famílias, das instituições, do governo constituído, enfrentai impavidamente o inimigo número um, o comunismo! (Neto, 1937, p. 11).

Na denominada “Página de Cultura Católica”, o texto *A vida*, escrito pelo padre Mario Couto, da União do Rio, também no jornal *A Razão*, trouxe frases desconexas acerca da miséria e a ordem econômica, mencionando o comunismo com verminação, podridão, doutrinarianismo e o culpado pelo relaxamento dos valores morais:

Que barreiras morais se opuseram à podridão comunista? Muito frágeis muros. Nas grandes cidades e nos centros populosos de operariado a sentinela que devia bradar às armas contra o inimigo ateu invasor, com forças naturais para o conter, era a família. Mas a família desde quando se acha enferma e desarticulada? Por isso mesmo abriu-se deus-se, entregou-se ao inimigo. *Ouviu as promessas ilusórias da serpente*. As inteligências, trabalhadas pelo maçonismo laicismo escolar fora também presa fácil dos europeus da literatura imaginativa, romântica fingidamente, crocodilamente, compassiva do doutrinarianismo comunista (Couto, 1937, grifo nosso).

Há, ainda, um trecho em que se questiona qual seria o “remédio” para essa doença “professada e infiltrada satanicamente” e como resposta afirma que a cura garantida é o Evangelho que atuará em todas as almas doentes. Ainda, afirma que os países bem governados buscam utilizar os meios de propaganda como meio de recondução das massas e que há apóstolos, legiões de mártires como Plínio Salgado que renovam o Brasil espiritualmente e que trazem esperança.

O motivo de se utilizar esse vocabulário vinculado à peste é por ser ligado à tradição cristã, e à ideia de pecado, que se amplia pra representações do mal, trazendo uma visão diabólica de qualquer representação comunista (Dutra, 1997). A política do inimigo foi utilizada no fascismo para criar sua própria religião política com culto ao líder escolhido, estabelecendo uma “verdade” ideológica (Finchelstein, 2020). Diante das fontes apresentadas, constatamos o empenho do Estado Novo em propor ações voltadas à educação, cultura e comunicação do governo para incutir os sentimentos nacionalistas e unificadores por meio de símbolos uniformes, cantos, cartilhas e propagandas.

5 Conclusão

O artigo buscou trazer algumas reflexões sobre como o conceito de nação foi pensado e articulado ao longo dos anos com o intuito de justificar uma ampliação autoritária, expondo sua relação com o patriotismo, a idealização de um sentimento de unidade com a consequente

exclusão do outro e a construção da ideia do que viria a ser povo brasileiro a partir dos anos 1930.

No início do artigo, apresentamos os problemas nacionais que pairavam sobre o Estado, considerando a passagem da lógica rural de organização para urbana e a necessidade de desenvolver os sistemas de abastecimentos de serviços à população, bem como os conflitos existentes em razão do liberalismo excludente. Tal abordagem foi necessária para compreender o contexto em que surgiram os problemas nacionais e as reivindicações populares, mais tarde administradas pelo Governo Vargas. O intuito foi analisar se esses conflitos foram capazes de representar o conceito de nação empregado pelos autores no período estudado.

Frisando a existência de um sistema político democrático, mas que englobava pequena parte da população, motivo pelo qual havia reivindicações de movimentos distintos como tenentistas, de trabalhadores, integralistas e movimentos feministas face à hegemonia das oligarquias estaduais e à organização do Estado na Primeira República. Na década de 1930, o objetivo de Getúlio Vargas era modificar a estrutura político-jurídica do país, que antes era voltado ao liberalismo como sistema político de separação de poderes, e as turbulências causadas pelos múltiplos interesses.

Para que o regime de viés autoritário fosse implantando com apoio da população na época foram adotadas diversas medidas de propaganda institucional. As propagandas exaltavam o presidente como o chefe da nação, a urgência do Estado Novo para se estabelecer a ordem e incentivavam o amor à pátria. Os discursos de pátria enquanto família homogênea eram levados aos cidadãos como uma ideia de conforto. As instituições família e sociedade provindas da civilização cristã eram o grande patrimônio a ser protegido pelo Estado. No Brasil, construía-se uma ideia de nacionalidade excluindo parte da população e com a idealização de ordem e progresso, substituindo o ideário romântico do direito pelo discurso autoritário (Santos, 2009).

Tal discurso autoritário não poderia assim ser chamado apenas por convicção, mas como uma resposta dos autores ao que eles entendiam como uma importação das ideias liberais, que remetiam a outro país de realidade diversa. Assim, o autoritarismo seria o caminho para modernização e construção de instituições mais estáveis, simplesmente importar o liberalismo seria desconhecer a realidade brasileira.

Constata-se um forte apelo emocional nos documentos elaborados pelo Estado Novo, visando sobretudo a cooptação da juventude e das crianças, cujas personalidades ainda estavam em formação, para enaltecer o presidente, o salvador da Pátria, o Homem da Nação. Para além disso, diversas foram as instituições criadas pelo Governo para promover a unidade e disciplina,

por meio da criação de símbolos e ritos que forjariam uma nação imaginária, permitindo a consolidação e manutenção de discurso autoritário.

A construção da identidade nacional deve ter coerência interna satisfazendo a necessidade de sentido do presente, e a forma pela qual os brasileiros se reconhecem, o que deveria representar continuidades e rupturas ao longo do tempo (Santos, 2006, p. 116-117), contudo, ao buscar o sentido da nação optou-se pelo verde e o amarelo, pátria e família e unidade/homogeneidade, excluindo minorias étnicas e culturais e nomeando aqueles de pensamentos não alinhados ao Estado Novo como impatriotas.

Referências

A JUVENTUDE no Estado Novo. **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**, 1940. Disponível em: https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

ABREU, A. A. Aliança liberal. In: ABREU, A. A. (coord.) **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora CPDOC/FGV, 2011. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ALIAN%C3%87A%20LIBERAL.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASCOLANI, A. Nacionalistas y libertarios: tensiones en torno de las conmemoraciones y símbolos patrios en la educación primaria (Argentina, 1910-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, 20, e129, 2020. DOI: doi.org/10.4025/rbhe.v20.2020.e129. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/swkhwCCzd6YN3D39NntYm3R/?format=pdf&lang=es>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BIBLIOTECA DA CÂMARA DE DEPUTADOS. Estado de Sítio. Bibliografia compilada pela Biblioteca da Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Universidade de Minas Gerais, n. 17, p. 193-210, jul. 1964.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política, v. I**. Trad. Carmen C. Varriale *et al.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMENY, Helena. Juventude brasileira. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. 1984. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/juventude-brasileira-1>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRANDÃO, Ana Maria; CPDOC/FGV (coord.). **A Revolução de 1930 e seus antecedentes**: coletânea de fotografias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940**. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-

la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAMPOS, F. **O Estado nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CARMO, P. G.; GABARDO, E.; HACHEM, D. W. Diálogos museológicos: o regime jurídico brasileiro e o Código de Ética do Conselho Internacional de Museus. **Revista de Direito Internacional**, v. 18, n. 3, p. 390-417, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/7041/pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, M. A. S. ; SCHMITZ, Z. I. ; REMEDI, J. M. R. Cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto do Estado Novo (1937-1945). **Educação Unisinos**, v. 21, n. 2, p. 252-264, maio/ago. 2017. DOI: doi.org/10.4013/edu.2017.212.10477. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2017.212.14/6116>. Acesso em: 12 jan. 2024.

LUCA, T. R. de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: um estudo de caso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 61, p. 271-296, 2011. DOI: doi.org/10.1590/S0102-01882011000100014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Nm9ZFdXP6Gf3vzzGBH458RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COUTO, Padre Mario. Perguntas Oportuníssimas. **A razão**, Fortaleza, 24 de junho de 1937. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=764450&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=9423>. Acesso em: 15 jan. 2024.

DICTIONNAIRE de Français Larousse. Disponível em: <https://www.larousse.fr/>. Acesso em: 25 set. 2023.

DOLHNIKOFF, M. Elites regionais e a construção o estado nacional. In: JANCSÓ, István. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 431-468.

DUTRA, E. de F. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

FINCHELSTEIN, F. O líder fascista como encarnação da verdade. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. **Serrote**, São Paulo, p. 36-45, jul. 2020. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/wp-content/uploads/2020/07/serrote-especial-em-quarentena.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FRANCISCO, H. S. Assembleia Nacional Constituinte de 1891. *In*: ABREU, A. A. (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro:

Editora CPDOC/FGV, 2011. Disponível em:

cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/

ASSEMBLEIA%20NACIONAL%20CONSTITUINTE%20DE%201891.pdf. Acesso em:

20 ago. 2023.

GETÚLIO Vargas, o amigo das crianças. **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**,

1940. Disponível em: [https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-](https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv_149_1.pdf)

[cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv_149_1.pdf](https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv_149_1.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

GIL (Carlos Leon). Anno Novo... **O Malho**, Rio de Janeiro, ano 1932, ed. 1516, 9 de janeiro de 1932. Disponível em:

<https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116300&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=75909>. Acesso em: 15 jan. 2024.

GUANDALINI JUNIOR, W.; TEIXEIRA, L. S. P. L. Um Direito Administrativo de Transição: o conceito de direito administrativo na cultura jurídica da Primeira República Brasileira (1889-1930). **Direito, Estado e Sociedade**, n. 58, p. 422-459, jan./jun. 2021. DOI:

doi.org/10.17808/des.58.1193. Disponível em: [https://revistades.jur.puc-](https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1193/692)

[rio.br/index.php/revistades/article/view/1193/692](https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1193/692). Acesso em: 11 jan. 2024.

LUIZ XIV da seringaço (charge). **O Malho (RJ)**, n. 79, 19 de março de 1904. Disponível em: [https://memoria.bn.br/docreader/](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=2335)

[DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=2335](https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=116300&pagfis=2335). Acesso em: 11 jan. 2024.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MONTI, E. M. G. **Canto orfeônico**: Villa-Lobos e as representações sociais da Era Vargas. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Centro de Teologia e Humanidades, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2009.

NETO, Lopo. Depoimento Que E' Uma Advertencia. **A razão**, Rio de Janeiro, 28 de março de 1937, p. 11. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/764450/](http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450_1937_00252.pdf)

[per764450_1937_00252.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/764450/per764450_1937_00252.pdf). Acesso em: 15 jan. 2024.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. *In*: JANCÓS, István. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 33-60.

OLIVEIRA, R. S. O jornal *A Razão*: o ventre fecundo que criou o modelo de totalitarismo integralista. **Historiæ**, Rio Grande, v. 7, n. 2, p. 129-159, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/hist/article/view/6724/4419>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, L. L. Revolução de 1930: uma bibliografia comentada. *In*: **O que se deve ler em ciências sociais no Brasil**. v. 1. São Paulo: Cortez; ANPOCS, 1986.

ROSENFELD, L. **Revolução conservadora**: genealogia do constitucionalismo autoritário brasileiro (1930-1945). Porto Alegre: EdIPUCRS, 2021.

PAIXÃO, C. Direito, política, autoritarismo e democracia no Brasil: da Revolução de 30 à promulgação da Constituição da República de 1988. **Araucaria**, [S. l.], v. 13, n. 26, 2011. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1379/1259>. Acesso em: 8 jul. 2023.

PARADA, M. O calendário Cívico do Estado Novo / As cerimônias cívicas como objeto: o conceito de “cerimônias sintéticas. *In*: PARADA, M. **Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Apicuri, 2009.

SANTOS, K. A. A institucionalização da música erudita na Era Vargas. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Associação Nacional de História ANPUH-Brasil, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564522877_ARQUIVO_ARTIGOANPUH-AMUSICAERUDITA,PODER,MICROPODERESEAERAVARGAS.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

SANTOS, M. A. C. Francisco Campos: um ideólogo para o Estado Novo. **Locus: Revista De História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 31-48, 2007. Disponível em: periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20163/10743. Acesso em: 11 jan. 2024.

SANTOS, M. S. Museu Imperial: A construção do Império pela República. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 115-135.

SEELAENDER, A. O Direito Administrativo e a Expansão do Estado na Primeira República: notas preliminares a uma história da doutrina administrativista no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 485, p. 165-202, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-485/item/108719-o-direito-administrativo-e-a-expansao-do-estado-na-primeira-republica-notas-preliminares-a-uma-historia-da-doutrina-administrativa.html>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SILVA, D. A. Construção da Pátria Amada: Educação, patriotismo e nacionalismo na Paraíba durante a segunda guerra mundial (1939-1945). 2016. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9614/2/arquivototal.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SILVEIRA, M. M. Revistas jurídicas brasileiras: "cartografia histórica" de um gênero de impressos (anos 1840 a 1940). **Caderno de Informação Jurídica**, Brasília. v. 1, n. 1, p. 98-119, 2014. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/38444>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SCHULZE, F. A constituição global da nação brasileira: questões de imigração nos anos 1930 e 1940. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/7JSDC5tjHyLHDqmSk5Rp9tt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

STEIN, C. A. **“Por Deus e pelo Brasil”**: a Juventude Brasileira em Curitiba (1938-1945). 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/17280/completa.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jan. 2024.

TEIXEIRA, L. S. P. L. **Discursos sobre o Interesse Público na Primeira República**: análise da doutrina de Direito Administrativo entre 1889-1930. Belo Horizonte: Dialética, 2021.

VARGAS, G. Discurso-manifesto de Getúlio Vargas – 10 de novembro de 1937. *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil, v. V**: Segunda República (1934-1945), Estado Novo (1937-1945). 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Federal, 2002. p. 264-272.